

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

BIBLIOTECONOMIA

A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NO BRASIL: SEU CAMINHO ATRAVÉS DOS PRIMEIROS CATÁLOGOS DO SÉCULO XIX

¹ Gerlaine Pereira da Rocha (IC-UNIRIO); ² Naira Christofoletti Silveira (orientadora).

1 – Escola de Biblioteconomia; Centro de Ciências Humanas e Sociais; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2 – Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos; Escola de Biblioteconomia; Centro de Ciências Humanas e Sociais; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio financeiro: UNIRIO.

Palavras-chave: catálogo; Representação Descritiva.

INTRODUÇÃO

Integrando o projeto “A Representação Descritiva no Brasil: seu caminho até o contexto atual”, que objetiva discutir a Representação Descritiva no Brasil, relacionando seu desenvolvimento com as questões sociais brasileiras, este subprojeto busca se aprofundar sobre a história da organização de uma biblioteca através da análise de seu catálogo. Como temática principal se tem a Representação Descritiva, que estabelece um conjunto de dados convencionais destinado a obter uma referência única e precisa de cada documento e permite identificar e recuperar rapidamente um documento a partir desses conjuntos de dados e dos pontos de acesso. Em alguns momentos esta temática será complementada pela Representação Temática, cuja finalidade principal é a recuperação dos assuntos presentes em diferentes documentos através da análise de seu conteúdo temático (JIMÉNEZ MIRANDA, 2003). O catálogo contempla tanto a Representação Temática quanto a Descritiva, portanto, muitas vezes ao estudar o catálogo utilizamos o termo Catalogação, que seria uma área destinada à representação como um todo. Mey (1995) discorre brevemente sobre a história dos catálogos e da Catalogação, ela menciona que uma das mais antigas listas de livros de que se têm conhecimento é de 2000 a.C.: um tablete de argila com 62 títulos, porém, não se sabe se esta lista teria sido usada como catálogo. A autora aponta ainda que o século XIX caracteriza-se por fatos importantes na história da Catalogação. “Seriam, no entanto, outros eventos ocorridos ao longo do século XIX, o século em que a produção de catálogos é consagrada, que abriram o caminho para a catalogação moderna e impulsionaram seu desenvolvimento” (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 73, tradução nossa). Segundo Martins (2001), a atual Fundação Biblioteca Nacional foi o primeiro estabelecimento oficial desse gênero instalado no Brasil, fundada em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, com o título de Real Biblioteca. Portanto, o século XIX também marca profundamente a história das bibliotecas no Brasil, pois posterior a esta, outras e muitas bibliotecas foram criadas no Brasil, como, por exemplo, as bibliotecas associativas. A partir do exposto, surgem algumas questões: É possível que a prática de Catalogação dessas primeiras bibliotecas tenha sido influenciada pelas práticas europeias do período? Como era essa prática? Como se constituíram seus catálogos? É comum encontrarmos na literatura sobre Catalogação os seguintes fatos que marcaram sua história no Brasil: a tentativa de catalogação cooperativa, com o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) em 1942 (SOUZA, 2009); o ensino pioneiro do Código da Vaticana nos primeiros cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional; o ensino do código da ALA nos cursos de São Paulo, por influência norte-americana; tentativas de organização de um código brasileiro; e a Rede BIBLIODATA/CALCO (MEY, 1995). Todos estes fatos datam do século XX, sendo, portanto, a prática brasileira anterior a esse período não muito abordada na literatura da área. Para Souza (2009) e Ortega (2009) ainda faltam desenvolver pesquisas na área de Representação Descritiva, que compõe o “núcleo duro” da Biblioteconomia, em especial faltam pesquisas no campo teórico para sustentar as práticas desenvolvidas. “Acreditamos que as pesquisas no campo teórico são essenciais para o crescimento e o amadurecimento de uma área [...]. Além disso, seus resultados, uma vez disseminados, contribuem para o crescimento da literatura na área” (SOUZA, 2009, p. 4-5). Neste contexto de discussão é que se encontra a presente pesquisa. Este subprojeto visa, portanto, um retorno aos primeiros catálogos brasileiros e, consequentemente, às primeiras práticas de Catalogação no Brasil.

OBJETIVO

Tem-se como objetivo geral, traçar um histórico do desenvolvimento da Representação Descritiva no Brasil a partir do levantamento e análise do(s) catálogo(s) de alguma das primeiras bibliotecas brasileiras do século XIX, situada na cidade do Rio de Janeiro.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, documental e descritiva. Para a identificação de bibliotecas criadas no Rio de Janeiro no século XIX, primeiramente pesquisou-se a existência de um cadastro geral nos seguintes sites institucionais: Conselho Federal de Biblioteconomia; Conselho Regional de Biblioteconomia 7ª Região; Sindicato dos Bibliotecários no Estado do Rio de Janeiro; Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro; Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro; Bibliotecas Escolas Municipais do Rio de Janeiro; e a Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Dentre estes a fonte mais completa foi o Cadastro Nacional de Bibliotecas da FBN, onde de fato foi realizado o levantamento. Efetuou-se uma busca, em setembro de 2013, restringindo o campo “UF” para “RJ” e o campo “cidade” para “Rio de Janeiro”, recuperou-se um total de 120 registros, dentre estes haviam bibliotecas dos tipos: pública municipal, pública estadual, universitária, especializada, comunitária, comunitária rural, escolar, ponto e sala de leitura. Foram selecionadas para a pesquisa, por conta de possuírem uma estrutura maior, as bibliotecas dos tipos: pública municipal

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

- exceto as que se denominam “escolares” - (11 bibliotecas), pública estadual (2 bibliotecas), universitária (5 bibliotecas) e especializada (11 bibliotecas). Após esta primeira pesquisa, através de seus contatos disponíveis no Cadastro ou de seus respectivos sites, investigou-se a data de sua criação, para que se pudesse encontrar uma biblioteca criada no século XIX que ainda estivesse em funcionamento nos dias de hoje. Dessas duas etapas resultaram duas bibliotecas: a Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), criada em 1895; e a Biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), com a data provável de 1880, informada através de contatos por e-mail. Por conta da falta de certeza com relação à data de criação desta última, aliada à falta de tempo hábil para analisar as duas bibliotecas, a Biblioteca do IAB foi a selecionada para compor esta pesquisa. A partir de então foi utilizado o método do estudo de caso, com apenas um caso a ser analisado, o da Biblioteca do IAB, para a coleta de dados se fez uso de pesquisa documental e, para complementar as informações desta, a entrevista estruturada. Foram realizadas quatro visitas à Biblioteca. A primeira para verificar a possibilidade e viabilidade da pesquisa e para conhecer o ambiente; na segunda e na última foi realizada a pesquisa documental; e na terceira a entrevista. Os documentos analisados foram os catálogos disponíveis da Biblioteca: um impresso, de 1943; um manual em fichas, provavelmente da década de 1970; um em Access¹, do início dos anos 2000; e o gerenciado pelo software Biblivre², implantado em 2013. Ressalta-se que o acesso a todos os catálogos é somente realizado pelos funcionários da Biblioteca, eles não são abertos ao público, por isso a primeira visita à Biblioteca foi muito importante para receber a autorização da Instituição para realizar a pesquisa. Foram escolhidos para observação os registros bibliográficos do assunto “direito canônico”, pois este assunto consta em todos os catálogos da Biblioteca, além de que se mostrou um universo de amostra passível de ser observado, foram selecionados ao acaso para análise: 10 registros no primeiro; 4 no segundo; 5 no Access; e o único do Biblivre. A entrevista, por sua vez, seguiu um roteiro estruturado de onze questões, foi gravada em áudio e durou aproximadamente uma hora. Os entrevistados foram a bibliotecária do IAB e o estagiário que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, exigido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIRIO, assim como o roteiro da entrevista.

RESULTADOS

Sobre a biblioteca do IAB, cabe uma pequena contextualização:

Criado em 1843, [...] foi presidido por muitos dos mais importantes juristas em atividade na Corte [...]. Mais tarde, a partir de uma doação citada no Jornal do Commercio, houve referência à biblioteca da Ordem, que deveria ser suprida, ao longo de sua existência, com obras de importante saber jurídico. Devia ser, naturalmente, um local de consultas freqüentes pelos membros da instituição, para aprofundamento dos seus estudos (FERREIRA, 2001, p. 9).

Sabe-se que, em uma biblioteca, um dos instrumentos mais utilizados para busca e recuperação da informação é o catálogo, pois nele se conhece o acervo e a localização das obras. Sendo assim, os quatro catálogos selecionados foram com o intuito de perpassar diversos períodos vivenciados pela biblioteca. Não foi encontrado nenhum registro sistematizado que pudesse ser considerado um catálogo ou ao menos um inventário do acervo anterior a 1943, acredita-se que não houve esta preocupação na época³, por isso se considera o catálogo impresso como a primeira tentativa de registrar sistematicamente o acervo, que, entretanto, parece ser apenas uma edição comemorativa do primeiro centenário do IAB, pois não houve continuidade em novas edições. Ele possui 168 páginas encadernadas, seus registros são organizados por assunto com um índice no final, eles não possuem uma ordem específica de apresentação dentro dos assuntos. Em seus registros bibliográficos constam os seguintes elementos de descrição: título (em caixa alta), autor (se houver, com nome em ordem direta e em itálico), número de volumes (se houver), local (cidade) e ano. Sabe-se que a Biblioteca foi de fato organizada por volta de 1974, por um profissional que não era formado em Biblioteconomia, decidiu-se então que o acervo seria disposto numa organização fixa de estantes e prateleiras conforme os assuntos, assim, por exemplo, direito canônico localizava-se na estante 81⁴. Neste período foi elaborado o catálogo em fichas, cujos elementos de representação contidos nos registros para livros são: autor (com o nome mais conhecido seguido de nome completo entre parênteses), obra (título, desprezando-se os artigos iniciais), volumes, edição (ano), procedência (cidade), estante (localização) e número (de registro). Existem também registros de artigos muito similar às “analíticas in” do AACR2r (Anglo-American Cataloging Rules, segunda edição revista) com os seguintes elementos: parte do título como entrada (em caixa alta), título seguido de reticências substituindo a parte do título utilizada como entrada (que traz à lembrança o índice rotado KWOC – Key-word Out of Context, porém este é relativo à indexação automática), e indicação do periódico (nome abreviado, ano do periódico, número ou volume/ano e indicação de página). Uma das fichas analisadas traz inclusive o termo “in”. O banco de dados criado em Access foi a primeira tentativa de automação do catálogo da Biblioteca, houve um trabalho de conversão retrospectiva para alimentação do novo banco de dados⁵. Criaram-se estes campos para os registros: número de registro, autor (ordem inversa do nome), título (que inclui subtítulo), classificação (localização da obra), procedência (local), editora, ano, data (de registro), idioma, e observação (onde pode-se indicar a quantidade de volumes ou nome de série, por exemplo). Esses campos são preenchidos em caixa alta e pôde-se observar que não é utilizada nenhuma pontuação além de vírgulas para separar: o sobrenome do nome do autor ou editoras diferentes, e dois pontos para títulos e subtítulos. Em 2013 a Biblioteca iniciou a implantação do software Biblivre para gerenciar o acervo, o qual utiliza o padrão MARC 21 (Machine Readable Cataloging) para a descrição, proporcionando, dessa forma, interoperabilidade. Não foi possível, entretanto, uma conversão do Access para o Biblivre, gerando a necessidade de uma nova catalogação de todo o acervo, que ainda não está finalizada. Essa mudança coincidiu com uma recente reforma na Biblioteca, que passou a funcionar em nova sala, sendo o acervo agora localizado em um local à parte e o acesso às estantes restrito. Com a utilização deste novo software foi possível também a adoção de novos instrumentos de Catalogação, como a Classificação Decimal Universal (CDU), a Classificação Decimal de Direito de Doris Carvalho (CDDir) e o AACR2r, por exemplo. Segundo o projeto de manual da Biblioteca (INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, 2014) devem ser preenchidos os campos do Biblivre: autor, responsabilidade do autor, título uniforme (quando necessário), ISBN/ISSN, número de chamada – localização, descrição física, título, edição, local da editora, editora, ano de publicação, série, notas, assunto, responsabilidade secundária e CDU; seguindo determinados padrões estabelecidos. No registro observado consta os campos: autor (ordem inversa do nome), título (com barra de responsabilidade, mas sem a responsabilidade indicada),

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

imprenta (local, editora e ano), descrição física (número de páginas), notas de bibliografia, notas de conteúdo, assunto tópico, ISBN, Localização e CDU; além de dados do exemplar: tomo patrimonial, estado (emprestado ou não), disponibilidade e localização. Na entrevista questionou-se sobre perspectivas futuras, e têm-se a de aquisição de um novo software com a manutenção de sua assistência técnica, para prover um melhor gerenciamento do acervo.

¹ O Access é uma ferramenta de criação e gerenciamento de banco de dados que compõe o pacote Microsoft Office.

² O Biblivre é um software gratuito para catalogação e difusão de acervos de bibliotecas.

³ Dados obtidos através da coleta de dados: entrevista estruturada.

⁴ Dados obtidos através da coleta de dados: entrevista estruturada.

⁵ Dados obtidos através da coleta de dados: entrevista estruturada.

CONCLUSÃO

Observa-se que a Biblioteca do IAB teve três momentos expressivos em relação à Catalogação: o primeiro de organização de fato do acervo, através da elaboração do catálogo em livro e posteriormente em fichas e da sistematização da disposição nas estantes. Um segundo momento de automação, mantendo-se, entretanto, basicamente os mesmos elementos de representação bibliográfica. E um último de busca por interoperabilidade, com a adoção de padrões internacionalmente utilizados. É comum observarmos no Brasil diferentes realidades, algumas bibliotecas ainda utilizam catálogos manuais, outras estão em fase de automação e outras estão com catálogos modernos, não deixando nada a desejar em relação às bibliotecas de primeiro mundo. Sabe-se que muitos dos instrumentos utilizados na Catalogação atualmente, em especial na Representação Descritiva, foram e são aqueles desenvolvidos principalmente na Europa e nos Estados Unidos, muitas vezes como resultados de discussões prévias em eventos da área. Questiona-se a partir disso a relativa demora na adoção de processos e instrumentos no Brasil. Talvez isso tenha relação com a baixa representatividade de catalogadores brasileiros em eventos realizados em outros países, com a baixa incidência de pesquisas na área, ou estaria relacionado à falta de recursos para a adoção desses instrumentos. Várias questões resultaram desta pesquisa: por que ainda temos no Brasil bibliotecas sem catálogos OPAC (Online Public Access Catalog)? Seria decorrente de pouca divulgação científica entre os pares? A adoção de instrumentos ficaria a cargo do interesse individual do profissional que gere esse acervo ou faltam políticas institucionais? Seria, por fim, porque são poucos profissionais realizando várias tarefas ao mesmo tempo, o que caberia a uma equipe? Pensa-se que são questões válidas para reflexão e para posteriores investigações. Conclui-se por fim, no que tange ao objetivo desta pesquisa, que embora a realidade da catalogação desta biblioteca analisada possa ser compartilhada por outras, não é possível generalizar os resultados desta às realidades de todas as bibliotecas criadas no Brasil no século XIX, pois cada uma possui seus próprios contextos e tempo de desenvolvimento, e ainda conforme às demandas de seus usuários. Para uma análise mais representativa da realidade brasileira têm-se como possibilidade de pesquisa futura um estudo de caso comparativo e mais aprofundado entre diferentes bibliotecas, o que possibilitaria traçar um histórico geral das práticas de Catalogação no Brasil.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, T. M. T. B. da C. As bibliotecas públicas cariocas no século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande, MS. Anais... [Campo Grande, MS]: INTERCOM, 2001.
- GARRIDO ARILLA, M. R. Teoría e historia de la catalogación de documentos. Madrid: Síntesis, 1996. (Biblioteconomía y Documentación, 11). Reimpr., 1999.
- INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. Biblioteca. Projeto manual iab.docx. Rio de Janeiro, 2014. Não publicado.
- JIMÉNEZ MIRANDA, J. Consideraciones teóricas y prácticas para la catalogación descriptiva en la Biblioteca Médica Nacional. ACIMED, Ciudad de La Habana, v.11, n.1, ene.-feb. 2003.
- MARTINS, W. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: _____. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001, p. 357-365.
- MEY, E. S. A. Introdução à catalogação. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.
- ORTEGA, C. D. Os registros de informação dos sistemas documentários: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)—Universidade de São Paulo, 2009.
- SOUZA, T. B. de. O ensino de representação Descritiva nos cursos da área de Ciência da Informação no Brasil e em Portugal: estudo comparativo. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Documentais)—Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2009.